



SELEÇÃO PÚBLICA PARA ESTÁGIO REMUNERADO NA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ

PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA – FOLHA DE RESPOSTAS

Nome: _____ CPF: _____

Orientações Gerais:

1. Você recebeu do fiscal um caderno de provas contendo as provas **objetiva e discursiva** e a folha de respostas, que deverá ser preenchida somente com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de material transparente.
2. Verifique se a prova objetiva contém 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha, com cinco opções de respostas (“a” a “e”). Cada questão terá apenas um item a ser considerado como resposta correta. Serão consideradas incorretas as respostas que estiverem em desacordo com o gabarito oficial, com o edital e com as instruções da folha de resposta, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não preenchido integralmente.
4. Verifique se a prova discursiva contém apenas 1 (uma) questão, com 3 (três) subitens. A prova discursiva deverá ser manuscrita com letra legível. Essa prova servirá para avaliar, além dos conhecimentos jurídicos, a capacidade de expressão na modalidade escrita, coerência textual e manejo da língua portuguesa pelo candidato, sobretudo nos aspectos gramatical e ortográfico.
5. O candidato deverá transcrever, dentro do tempo de duração da prova, que é de 3 (três) horas, as respostas da prova para a folha de respostas, único documento válido para correção das provas objetiva e subjetiva. Não haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
6. Qualquer consulta a qualquer material, comunicação entre os estudantes ou a utilização de aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, palmtop, notebook, receptor, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio do tipo databank, gravador, pager, etc.), livros, anotações, etc., acarretará a eliminação automática do candidato.
7. Só inicie a prova após a autorização do fiscal da sala.
8. Não será permitido ao estudante retirar-se do local de realização da prova levando o caderno de provas antes de transcorrido duas horas do início da realização desta.
9. Os gabaritos serão divulgados em até 48 (quarenta e oito) horas após a aplicação da prova, através do endereço eletrônico <http://www.maceio.al.gov.br/pgm/>.

GABARITO DA PROVA OBJETIVA

Forma de marcação:

A	
B	■
C	
D	
E	

Respostas do(a) candidato(a):

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
A																									
B																									
C																									
D																									
E																									

Para uso exclusivo da comissão:

Nota da Prova Objetiva: _____. Nota da Prova Discursiva: _____. Nota Final Total: _____.



CADERNO DE PROVA - QUESTÕES OBJETIVAS

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. O Estado de Alagoas publicou lei na qual estabelece que, ainda que pertencente aos Municípios os 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do IPVA quando licenciados veículos automotores em seus territórios, esse percentual deverá ser obrigatoriamente destinado à conservação das vias públicas municipais, permitindo-se a alocação do recurso para outra área prioritária apenas com a autorização da Assembleia Legislativa, mediante quórum qualificado de 2/3 dos deputados presentes em sessão especial. Com fulcro no caso hipotético em apreço, marque o item correto:

- a) Assim como a União pode regulamentar os gastos com o produto dos tributos de sua competência, repassado a Estados e Municípios, os Estados podem, por simetria constitucional, determinar a destinação dos tributos de sua competência, cujo repasse de parte da arrecadação é obrigatório aos municípios situados em seu território.
- b) Diante do caso hipotético, ao Município de Maceió, discordando da referida lei, resta em juízo requerer incidentalmente a sua inconstitucionalidade, não cabendo ação direta de inconstitucionalidade para o Tribunal de Justiça de Alagoas.
- c) A referida lei não atinge a autonomia federativa dos Municípios, já que não interfere na destinação dos tributos de sua competência, a exemplo do IPTU e do IOF.
- d) Cabe ação direta de inconstitucionalidade para o Tribunal de Justiça de Alagoas, tanto para combater o desrespeito à autonomia dos Municípios alagoanos, quanto para afastar a vinculação do produto da arrecadação do IPVA, por se tratar de tributo cuja receita não pode ser vinculada a despesas específicas.
- e) Aceita pelos Municípios alagoanos, a referida lei não poderá mais ser impugnada ao fim de 5(cinco) anos, prazo em que estará prescrita a pretensão para o manuseio da ação direta de inconstitucionalidade.

2. Quanto aos direitos e garantias fundamentais, indique o item correto.

- a) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo o Presidente da República, no entanto, mediante decreto, restringir o ingresso de determinada etnia ou de adeptos de determinada religião, por considerá-la perigosa para o país.
- b) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- c) A jurisprudência pátria não considera asilo inviolável o local onde o indivíduo exerce sua profissão ou atividade, como o escritório e o consultório.
- d) É livre a criação de associações e de cooperativas, na forma da lei, sujeitas à prévia autorização estatal, sendo

porém vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

e) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, para qualquer dos casos, apenas decisão condenatória em segunda instância.

3. “Não há, senhores, corpo sem células. Não há Estado sem municipalidades. Não pode existir matéria vivente sem vida orgânica. Não se pode imaginar existência de Nação, existência de Estado, sem vida municipal.” (Rui Barbosa, *habeas corpus* em defesa da autonomia dos Municípios baianos). Quanto ao tratamento constitucional dado aos Municípios, marque a assertiva correta:

- a) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal, os territórios federais e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição, à exceção do Distrito Federal.
- b) Ao Município é permitido subvencionar os cultos religiosos ou igrejas.
- c) Por se tratar de típico interesse local, compete ao Município legislar sobre propaganda comercial.
- d) O combate às causas da pobreza e aos fatores de marginalização não está contido na esfera de competência da municipalidade.
- e) Compete à União, aos Estados e ao Município proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação.

4. Segundo a Constituição brasileira, o meio ambiente é:

- a) Patrimônio nacional.
- b) Bem de uso comum do povo.
- c) Bem de domínio dos Municípios.
- d) Patrimônio da humanidade.
- e) Bem de domínio da União.

5. Quanto ao direito à saúde e sua previsão no texto constitucional, assinale o item correto:

- a) A Constituição permite o tratamento diferenciado no SUS, mediante pagamento, por parte daqueles pacientes que desejem acesso a melhores acomodações e/ou atendimento por médico de sua preferência (a chamada “diferença de classes”).
- b) Em razão da reduzida arrecadação dos tributos municipais, ao Município não se reconhece o dever constitucional de prestar serviços de saúde.
- c) O sistema único de saúde será financiado exclusivamente com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- d) Compete ao sistema único de saúde, em termos expressos na Constituição Federal, colaborar na

proteção do meio ambiente, nele não compreendido o meio ambiente do trabalho.

e) A Constituição Federal prevê a aplicação anual mínima, de recursos dos entes federativos, em ações e serviços públicos de saúde.

DIREITO ADMINISTRATIVO

6. Servidora pública municipal que ocupe cargo efetivo e tenha sessenta anos de idade, quinze anos de contribuição, dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos de efetivo exercício no seu cargo efetivo atual:

a) poderá se aposentar voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

b) poderá se aposentar voluntariamente, com proventos integrais.

c) terá que se aposentar compulsoriamente.

d) não poderá se aposentar voluntariamente, porque ainda não cumpriu a idade mínima de sessenta e cinco anos.

e) não poderá se aposentar voluntariamente, porque ainda não cumpriu o tempo mínimo de quinze anos de efetivo exercício no serviço público.

7. Como regra geral, a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional dos Municípios não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie:

a) dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

b) do Presidente da República.

c) do Governador do Estado.

d) do Prefeito Municipal, no âmbito do Poder Executivo e Legislativo.

e) do Prefeito Municipal, no âmbito do Poder Executivo, e dos Vereadores, no âmbito do Poder Legislativo.

8. No que tange à invalidação dos atos administrativos, assinale a afirmativa correta.

a) Pode ser reconhecida de ofício pela Administração.

b) Produz efeitos "ex nunc" em regra.

c) Não é viável a convalidação do ato administrativo em nenhuma hipótese.

d) Não pode ser declarada pelo Judiciário devido à autotutela da Administração Pública.

e) Pode ser realizada no prazo máximo de 10 (dez) anos pela Administração.

9. Considerando a legislação e o entendimento jurisprudencial sobre licitações e contratos administrativos, assinale o item correto:

a) A inexigibilidade se configura quando existe a possibilidade de competição, mas a lei expressamente autoriza a contratação direta através de um rol taxativo.

b) São tipos de licitação a concorrência, a tomada de preços, o convite, o pregão e o concurso.

c) As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas pela Procuradoria

Geral do Município, ficando os gestores obrigados a seguir o parecer exarado.

d) Os contratos administrativos admitem alterações, tanto com relação a prorrogação do prazo, como com relação ao seu quantitativo, em que o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões até 25%, e, no caso particular de reforma, até 50%.

e) Uma das principais características dos contratos administrativos é a igualdade entre as partes, uma vez que a lei não admite tratamento privilegiado entre os contratantes.

DIREITO TRIBUTÁRIO

10. A respeito da repartição das receitas tributárias, assinale o item correto:

a) Pertence ao Município parte do produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.

b) A Constituição Federal prevê hipótese na qual caberá ao Município a totalidade do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural (ITR).

c) Em respeito ao que prevê a Constituição, parte do produto da arrecadação tributária dos Municípios será entregue à União, que a redistribuirá proporcionalmente a todos os entes federativos através da adoção de critérios econômicos de desenvolvimento.

d) Pertencem aos Municípios 80% (oitenta por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) licenciados em seus territórios.

e) O Fundo de Participação dos Municípios recebe apenas verbas relativas a parcela do produto da arrecadação de tributos de competência dos Estados.

11. Marque a assertiva correta quanto aos tributos municipais:

a) Compete aos Municípios instituir os seguintes impostos: propriedade predial e territorial urbana; transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos; imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS).

b) O Município de Maceió poderá cobrar IPTU progressivo em razão do valor do imóvel, não lhe sendo permitido, porém, a previsão de alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

c) Cabe à lei complementar, quanto ao ISS, regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

d) É vedado aos Municípios cobrar contribuição de iluminação pública de templos de qualquer culto.

e) Por não se tratar de serviço, não incide ISS sobre as atividades desenvolvidas por operadoras de planos de saúde.

12. Assinale o item correto:

- a) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário.
- b) Não é permitido aos Municípios cobrar tributos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços dos Estados e da União.
- c) A imunidade tributária relativa à cobrança de impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, possui caráter absoluto, sendo, portanto, desnecessária a observância de requisitos para o seu reconhecimento.
- d) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto somente o pagamento de tributo.
- e) O parcelamento não suspende a exigibilidade do crédito tributário.

13. A respeito da Lei n.º 6.830/80, vulgarmente conhecida como “Lei de execuções fiscais”, assinale a proposição correta:

- a) O diploma legal em apreço não se aplica aos créditos tributários do Município de Maceió, o qual poderá adotar voluntariamente o procedimento executório previsto no Código de Processo Civil de 2015.
- b) A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez, só podendo ser ilidida essa presunção por prova inequívoca (presunção absoluta).
- c) O procedimento previsto na referida lei atinge apenas créditos de natureza tributária.
- d) Quando não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, o juiz determinará de imediato a extinção da execução sem resolução de mérito.
- e) Segundo dispõe o referido diploma, a contagem do prazo prescricional intercorrente só se inicia após a decisão do juiz que determinar o arquivamento dos autos da execução.

DIREITO CIVIL

14. No que concerne à responsabilidade civil, pode-se afirmar que:

- a) nas indenizações decorrentes da perda de uma chance, a probabilidade de perda de uma oportunidade pode ser considerada em abstrato.
- b) no transporte desinteressado, de simples cortesia, o transportador só será civilmente responsável por danos causados ao transportado quando incorrer em dolo ou culpa grave.
- c) ressalvados outros casos previsto em lei especial, os empresários individuais e as empresas respondem desde que comprovada a culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.
- d) quando o ato, além de ilícito civil, constituir também crime, a indenização será fixada e computada com juros compostos.
- e) o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.

15. A respeito dos contratos, é correto afirmar que:

- a) o Código Civil atual aboliu o princípio *pacta sunt servanda*.
- b) não podem ter como objeto a herança de pessoa viva.
- c) operam efeitos *erga omnes*, como corolário do princípio da relatividade.
- d) dispensam o consenso, quando reais, aperfeiçoando-se com a entrega da coisa, independentemente da vontade das partes.
- e) as partes devem observar, durante sua execução, o princípio da boa-fé objetiva, assim entendida a ausência de dolo de prejudicar o outro contratante.

16. Gilmar faleceu sem deixar testamento. Ao tempo da sucessão, os seus dois primos falecidos, José e João, tinham deixado filhos. José havia deixado apenas um filho. João possuía três filhos, dois vivos e um morto. Este, por sua vez, possuía um filho, neto de João. A sucessão será deferida:

- a) ao Município, pois os filhos dos primos não herdam.
- b) na proporção de 1/2 para os filhos de José e 1/2 para os dois filhos de João, excluído seu neto.
- c) por inteiro em favor dos filhos de José.
- d) na proporção de 1/3 para os filhos de José, 1/3 aos dois filhos e 1/3 ao neto de João.
- e) na proporção de 1/2 para José e 1/2 a serem divididos entre os dois filhos e o neto de João.

17. De acordo com a disciplina legal acerca da obrigação de indenizar, aquele que demandar por dívida já integralmente paga, ficará obrigado:

- a) a indenizar o devedor por eventuais danos morais, se for o caso, inexistindo outra espécie de sanção civil.
- b) a pagar ao devedor o que houver cobrado, acrescido de metade, havendo ou não prescrição.
- c) a indenizar o devedor por valor equivalente à metade do que houver cobrado, salvo se houver prescrição.
- d) a indenizar o devedor por eventuais danos materiais e morais, se for o caso, dobrando-se o valor dos danos materiais e morais fixados, a título de sanção civil.
- e) a pagar ao devedor o dobro do que houver cobrado, salvo se houver prescrição.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL (NOVO CPC)

18. Fulano, servidor público municipal, com advogado devidamente constituído, ajuíza ação no Juizado da Fazenda Pública Municipal e Estadual, em face do Município de Maceió, no valor de 70 (setenta) salários mínimos, pleiteando diferenças salariais que entende devidas. O município deve arguir a incompetência:

- a) Relativa do juízo, através de contestação.
- b) Absoluta do juízo, através de exceção de incompetência.
- c) Absoluta do juízo, como preliminar da contestação.
- d) Relativa do juízo, através de exceção de incompetência.
- e) Não deve arguir incompetência alguma do juízo.

19. O Município de Maceió, réu em ação de ressarcimentos de danos proposta por Beltrano, inconformado com a sentença de procedência do pedido, proferida pela 14ª Vara da Fazenda Pública Municipal, apresentou recurso de apelação, pugnando pela reforma do *decisum*. Em vista da interposição de recurso pela Fazenda Pública Municipal, deve o juiz:

- a) Realizar o juízo de admissibilidade do apelo do Município, e estando em regularidade o recurso, intimar a parte contrária para apresentação de contrarrazões;
- b) Abrir prazo de contrarrazões para parte adversa e encaminhar o recurso para o Tribunal de Justiça;
- c) Abrir prazo de contrarrazões para a parte contrária e realizar, em seguida, o juízo de admissibilidade;
- d) Aguardar o prazo de trinta dias corridos para, após, fazer juízo de admissibilidade.
- e) Rejeitar a apelação, uma vez que essa deveria ter sido interposta diretamente no Tribunal de Justiça.

20. A Defensoria Pública Estadual, ao assistir Ciclana em demanda relativa a tratamento de saúde, logrou êxito em face da municipalidade. Entretanto, aquela instituição acreditou que a sentença restava omissa com relação a um pedido, opondo embargos declaratórios. O juiz da 14ª Vara de Fazenda Pública Municipal abriu vistas ao Município, para que apresentasse contrarrazões aos embargos, as quais devem ser protocolizadas:

- a) Em cinco dias corridos após a intimação.
- b) Em dez dias corridos após a intimação.
- c) Em cinco dias úteis após a intimação.
- d) Em dez dias úteis após a intimação.
- e) Não há prazo para apresentar as contrarrazões.

21. Após a certificação do trânsito em julgado de procedência de ação de cobrança de valores, em face do Município de Maceió, Betânia iniciou o cumprimento de sentença do julgado, tendo o juiz da 14ª Vara de Fazenda Pública Municipal, intimado a municipalidade para resposta. O município, ao verificar o excesso do valor executado, deve:

- a) Apresentar contestação ao pedido executório em sessenta dias corridos.
- b) Não apresentar medida processual, pois trata-se de execução definitiva.
- c) Apresentar embargos à execução em trinta dias úteis.
- d) Apresentar impugnação ao cumprimento de sentença em quinze dias úteis.
- e) Apresentar impugnação ao cumprimento de sentença em trinta dias úteis.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO

22. De acordo com o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, a administração será responsabilizada, em caso de terceirização de serviços:

- a) solidariamente, haja vista a sua culpa no dever de vigilância;
- b) subsidiariamente, em todas as situações de inadimplemento, já que é a parte mais solvente na relação contratual.
- c) subsidiariamente, caso provada a sua culpa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais da empresa terceirizada.
- d) solidariamente, na hipótese de o empregador ser microempresa ou empresa de pequeno porte.
- e) não será responsabilizada, haja vista a presunção de legitimidade dos atos administrativos.

23. A Fazenda Pública, na justiça do trabalho, pode interpor o recurso ordinário no prazo de:

- a) 8 dias.
- b) 15 dias.
- c) 5 dias.
- d) 16 dias.
- e) 10 dias.

24. Para fins de determinação da norma mais favorável, havendo conflito entre convenção e acordo coletivo, a corrente mais adotada pela doutrina e jurisprudência é:

- a) a da primazia da realidade.
- b) a da acumulação.
- c) a do conglobamento.
- d) a da condição mais benéfica.
- e) a do *in dubio pro operario*.

25. São hipóteses de garantia de emprego todas as listadas abaixo, exceto:

- a) o empregado candidato a cargo de tesoureiro sindical, desde o registro da candidatura até um ano após o final do mandato;
- b) a empregada no ciclo gravídico-puerperal, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto;
- c) o empregado candidato a membro da CIPA, desde o registro da candidatura até um ano após o final do mandato;
- d) os membros do Conselho Nacional de Previdência Social, desde a nomeação até um ano após o final do mandato;
- e) os membros do Conselho Curador do FGTS, desde a nomeação até um ano após o final do mandato.

Boa sorte!

